



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento

Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700

Site: www.faculdadefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

DISCIPLINA: <i>DIREITO PROCESSUAL CIVIL V</i>		CURSO: <i>Direito</i>
PLANO DE CURSO: 2º SEMESTRE DE 2016	CARGA HORÁRIA: 60 HORAS	PERÍODO: NOTURNO

1. EMENTA

Dos Procedimentos Especiais. Dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa. Da extinção do Processo Cautelar e as Tutelas Provisórias, conforme Novo CPC/2015.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivos Gerais

Promover a identificação, a compreensão e o domínio crítico do conhecimento, na utilização dos diversos institutos de processo civil, especialmente os utilizados no processo de cognição como método moderno de solução da litigiosidade civil, o processo civil encontra extrema importância, pois somente por meio dele é que se pode converter o direito material expresso de forma inerte na lei, em realidade para a sociedade. O bom domínio e manejo dos institutos do Direito Processual Civil V, especialmente no que tange aos procedimentos especiais e tutelas provisórias, bem como todo o conteúdo que antecede esta etapa da disciplina em foco, permitem ao operador do Direito provocar a jurisdição estatal da forma correta, como também possibilita a condução do processo de forma que possa, atuar com excelência, desde o momento da exposição dos fatos ao Estado, quando promove a sustentação de sua tese jurídica, até o momento de obter a sentença judicial que definirá quem, dentre os litigantes, de fato tem razão.

2.2 Objetivos específicos

Ministrar a disciplina de Direito Processual Civil V, a qual guarda bastante contato e semelhança com o direito material, especialmente o direito civil, demonstrando de forma prática as mais variadas nuances dos assuntos abordados, diferenciação de prazos, utilização dos instrumentos do processo de conhecimento. Análise e aprendizado, portanto, do caminho pelo qual a instrução processual trilha nas demandas especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.

Não obstante, sabe-se que o ensino de Direito Processual Civil visa instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina, com a legislação, com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e a técnica adquiridos, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico-processual, na defesa da

ordem e da paz social. Visa, também, habilitar o aluno para as profissões que requisitam o diploma de bacharel, tais como: a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia, etc.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

01- DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

02- DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

03- DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS

I - Disposições Gerais

II - Da Manutenção e da Reintegração de Posse

III - Do Interdito Proibitório

04 - DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

I - Disposições Gerais

II - Da Demarcação

III - Da Divisão

05 - DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

06 - DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA

I - Disposições Gerais

II - Da Legitimidade para Requerer o Inventário

IV - Das Citações e Impugnações

III - Do Inventariante e das Primeiras Declarações

V - Da Avaliação e do Cálculo do Imposto

VI - Das Colações

VII - Do Pagamento das Dívidas

VIII - Da Partilha

IX - Do Arrolamento

07 - DOS EMBARGOS DE TERCEIRO

08 - DA OPOSIÇÃO

09 - DA HABILITAÇÃO

10 - DAS AÇÕES DE FAMÍLIA

11 - DA AÇÃO MONITÓRIA

12 - DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

13 - DA REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA

14 - DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

15 - DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

I - Disposições Gerais

- II - Da Notificação e da Interpelação
- III - Da Alienação Judicial
- IV - Do Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio
- V - Dos Testamentos e dos Codicilos
- VI - Da Herança Jacente
- VII - Dos Bens dos Ausentes
- VIII - Das Coisas Vagas
- IX - Da Interdição
- X - Disposições Comuns à Tutela e à Curatela
- XI - Da Organização e da Fiscalização das Fundações
- XII - Da Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo

16 - DA TUTELA PROVISÓRIA

I - DISPOSIÇÕES GERAIS

II - DA TUTELA DE URGÊNCIA

III - DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

IV - DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

VI - DA TUTELA DA EVIDÊNCIA

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos

- aulas expositivas e dialogadas;
- realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- apresentação oral de atividades realizadas (micro-aula e mini-cursos);
- realização de pesquisas bibliográficas e de campo;
- estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- projeção de filmes, documentários e slides;
- palestras, seminários, debates, mesas redondas, cursos ou atividades correlatas;
- discussões de temas sociais sob a perspectiva jurídica;
- elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;
- realização de pesquisas bibliográficas e de campo;
- apresentação oral de atividades realizadas;

4.2 Recursos

- quadro negro;
- projetor de multimídia;
- retroprojetor;
- TV, DVD;
- vídeo;
- computador;
- textos previamente selecionados;
- livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, trabalhos individuais e em grupos.

5.2 Número de avaliações no semestre: 03

- **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita ou oral.

O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

- **Regimentais** (1ª e 2ª avaliações), sendo estas obrigatórias, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o acadêmico não obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações, obrigatoriamente, deverá realizar o exame final.
- **Valor das Avaliações:** total de 8,0 (oito) pontos, sendo compostas por questões objetivas e discursivas.

a) 1ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

b) 2ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

c) Exame Final – Escrita e com consulta – o exame final tem obrigatoriamente o valor de 10,0 (dez) pontos, com questões objetivas e discursivas acerca da toda a matéria do semestre.

Está sujeito à terceira avaliação (exame final) o aluno que não obtiver média 6,0 (seis) nas duas primeiras avaliações 1º e 2º bimestres, terá que obter nota 5,0 considerando cálculo $1^\circ \text{ nota} + 2^\circ \text{ nota} = \text{media} + 3^\circ \text{ avaliação} / 2$ tendo obrigatoriamente de ter nota 5,0 no exame final.

Caso o aluno não obtenha média 5,0 (cinco) será considerado reprovado.

É considerado aprovado o aluno com frequência acima de 75% (setenta e cinco por cento) e média mínima de 6,0 (seis) considerando 1º e 2º nota das duas primeiras avaliações do desempenho escolar.

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até a data determinada em classe.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- participação nas avaliações escritas e orais;
- interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- conceitos frequenciais (assiduidade), comportamental ou participativo;
- observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JÚNIOR, Fredie Didier. Curso de Direito Processual Civil - v.1 - Reescrito com base no NOVO CPC - 17ª edição (2015).

JESUS, Marcelo. Manual de Direito Civil - Volume único (2015) - 3ª edição: Rev., amp. e atual. - Conforme NOVO CP.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Manual de Direito Processual Civil. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 877p.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro, São Paulo: Saraiva, 2007.

ASSIS, Araken de. *Cumprimento da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

ASSIS, Araken de. *Manual da execução*. 11. ed., atual. e ampl.. São Paulo: Revista dos ZAVASCKI, Teori Albino. Processo Coletivo. São Paulo: RT, 2006.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Fundamentos do Processo Civil Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

CARREIRA ALVIM, José Eduardo. Teoria Geral do Processo. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil, v.3., 45. Ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro, São Paulo: Saraiva, 2007.

8 Referências Complementares:

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso Completo de Processo Civil, São Paulo: Saraiva, 2007.

RATTANI, Francisco. Prática de Processo Civil, São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil Brasileiro, São Paulo: Saraiva, 2007.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Manual de Direito Processual Civil. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 877p.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro, São Paulo: Saraiva, 2007.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*. v.2. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Execução civil*. 8.ed.. São Paulo: Malheiros, 2001.

GRECO Filho, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. v.3. 18. ed. São Paulo: Saraiva,



2006.

LIEBMAN, Enrico Túlio. *Embargos do executado*. Campinas: Bookseller, 2003.

LIEBMAN, Enrico Tulio. *Processo de execução*. Campinas: Bestbook, 2003.

MONTENEGRO Filho, Misael. *Curso de direito processual civil (teoria geral dos recursos em espécie e processo de execução)*. v.2. São Paulo: Atlas, 2005.

THEODORO Júnior, Humberto. *Processo de execução e cumprimento de sentença*. 25.ed. São Paulo: LEUD, 2008.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo Coletivo*. São Paulo: RT, 2006.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do Processo Civil Moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

CARREIRA ALVIM, José Eduardo. *Teoria Geral do Processo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

GRECO, Leonardo. *O processo de execução*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MOREIRA, Alberto Camiña. *Defesa sem embargos do executado (exceção de pré-executividade)*. São Paulo: Saraiva, 1998.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção, et all (Coord.). *Reforma do CPC*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

NIEMEYER, Sérgio, e CONRADO, Paulo César (Coord.). *Temas controvertidos de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

OLIVEIRA Neto, Olavo. *A defesa do executado e dos terceiros na execução forçada*. 1.ed., 2.tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

PACHECO, José da Silva. *Tratado das execuções (processo de execução)*. 2. ed.. São Paulo: Saraiva, 1975.

QUEIROZ, Ari Ferreira de. *Direito processual civil (processo de execução e processo cautelar)*. 8. ed. Goiânia: IEPC, 2007.

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA**

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento
Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700
Site: www.faculdadefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

DISCIPLINA: <i>Direito Trabalho II</i>		CURSO: <i>Direito</i>
PLANO DE CURSO: 2016/2	CARGA HORÁRIA: 36h	PERÍODO: 8º

1. EMENTA

Direito Coletivo do Trabalho: denominação, caracterização, autonomia, natureza jurídica, fontes, princípios. Interpretação, integração e aplicação do Direito Coletivo do Trabalho. Relações Coletivas do Trabalho. Liberdade sindical. Organização sindical: associações sindicais; federação e confederação; centrais sindicais. As Entidades Sindicais. Conflitos coletivos do trabalho e suas formas de solução. Negociação Coletiva. Convenção coletiva de trabalho. Direito de greve e o lock-out. Organização Judiciária do Trabalho. Direito Internacional do Trabalho e a OIT. O Mercosul e o Direito Coletivo do Trabalho. Perspectivas do Direito do Trabalho nacional e internacional.

2. OBJETIVOS**2.1 Objetivo geral**

Apresentar a origem do direito coletivo no mundo e no Brasil, bem como identificar as formas de negociações coletivas, conflitos coletivos e sua composição.

2.2 Objetivos específicos

- Enfocar a origem e desenvolvimento do sindicalismo no mundo e no Brasil;
- Buscar a denominação do direito coletivo do trabalho e de sindicato;
- Incitar a pesquisa sobre a organização sindical em algumas legislações comparadas, com ênfase no MERCOSUL;
- Identificar os fundamentos das relações coletivas do trabalho;
- Demonstrar o sistema de organização sindical adotado no Brasil;
- Reconhecer as formas de solução dos conflitos coletivos;
- Analisar os acordos e convenções coletivas de trabalho;
- Estimular a pesquisa sobre o direito de greve no Brasil e no direito estrangeiro;

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Direito do Trabalho II (Direito Coletivo do Trabalho)

1 Direito Coletivo do Trabalho

1.3 Aspectos Históricos no mundo e no Brasil

1.1 Denominação

1.2 Conceito

2 Organização Sindical

2.1 Histórico e Sindicato nas Constituições brasileiras

2.2 Denominação

2.3 Conceito



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento
Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700
Site: www.faculdadefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

- 2.4 Distinção
- 2.5 Natureza Jurídica
- 2.6 Classificação
- 2.7 Unicidade sindical
- 2.8 Criação e registro sindicatos
- 2.9 Categoria
- 2.10 Categoria Diferenciada
- 2.11 Enquadramento Sindical
- 2.12 Sindicalismo Rural
- 2.13 Órgãos do sindicato
- 2.14 Eleições
- 2.15 Entidades sindicais de grau superior: federação, confederação e centrais sindicais
- 2.16 Funções do Sindicato
- 2.17 Receitas do Sindicato: contribuição sindical, contribuição confederativa, contribuição assistencial e mensalidade do sócio
- 2.18 Liberdade e Autonomia Sindical

- 3 Representação dos trabalhadores nas empresas
- 3.1 Conceito
- 3.2 Objetivo
- 3.3 Procedimentos
- 3.4 Co-gestão

- 4 Conflitos Coletivos de Trabalho
- 4.1 Conceito e forma de solução
- 4.1.1 autodefesa
- 4.1.2 autocomposição
- 4.1.3 heterocomposição: Mediação (Comissão de Conciliação Prévia), Arbitragem e Jurisdição

- 5 Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho
- 5.1 Introdução
- 5.2 Direito Internacional e Estrangeiro
- 5.3 Denominação
- 5.4 Definições
- 5.6 Natureza
- 5.7 Aplicação e Eficácia
- 5.8 Cláusulas Obrigacionais e conteúdo normativo
- 5.9 Incorporação das cláusulas normativas nos contratos de trabalho
- 5.10 Condições de Validade
- 5.11 Sanções pelo descumprimento das convenções coletivas
- 5.12 Superveniência de acordo ou convenção coletiva normativa - prevalência
- 5.13 Convenção Coletiva no setor público

6. A greve

6.1 Antecedentes Históricos

6.2 Direito Estrangeiro

6.3 Definição de Greve e Fundamentos

6.4 Direito Brasileiro

6.4 Alterações da Lei nº 7.783/89

7 “Lockout”

7.1 Definições e Aspectos

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos

- aulas expositivas e dialogadas;
- realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;

4.2 Recursos

- quadro negro;
- textos previamente selecionados;
- livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, trabalhos individuais e em grupos.

5.2 Número de avaliações no semestre: 03

- **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita ou oral.
O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

- **Regimentais** (1ª e 2ª avaliações), sendo estas obrigatórias, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o acadêmico não obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações, obrigatoriamente, deverá realizar o exame final.
- **Valor das Avaliações:** total de 8,0 (oito) pontos, sendo:

a) **1ª avaliação (29/09/2016) - Escrita e sem consulta** – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

b) **2ª avaliação (08/12/2016) - Escrita e sem consulta** – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

c) **Exame Final (15/12/2016) – Escrita e sem consulta** – o exame final tem obrigatoriamente o valor de 10,0 (dez) pontos, com questões objetivas e discursivas acerca da toda a matéria do semestre.

Está sujeito à terceira avaliação (exame final) o aluno que não obtiver média 6,0 (seis) nas duas primeiras avaliações 1º e 2º bimestres, terá que obter nota 5,0 considerando cálculo 1º nota + 2º nota = média + 3º avaliação/2 tendo obrigatoriamente de ter nota 5,0 no exame final.

Caso o aluno não obtenha média 5,0 (cinco) será considerado reprovado.

É considerado aprovado o aluno com frequência acima de 75% (setenta e cinco por cento) e média mínima de 6,0 (seis) considerando 1º e 2º nota das duas primeiras avaliações do desempenho escolar.

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até a data determinada em classe.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- participação nas avaliações escritas e orais;
- interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- conceitos frequenciais (assiduidade), comportamental ou participativo;
- observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARI, Mascara o Nascimento. Curso de Direito do Trabalho. Editora Saraiva.

PINTO, Sérgio Martins. Curso de Direito do Trabalho, Editora Atlas.

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho / Alice Monteiro de Barros. – 10. Ed. – São Paulo: LTr, 2016.

CARRION, Valentein. Consolidação das Leis do Trabalho. 30ª Edição Editora Saraiva.

8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 4. ed. São Paulo: LTr, 2005.

GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Direito do Trabalho no MERCOSUL. Editora LTR.

RESENDE, Ricardo. Direito do trabalho esquematizado / Ricardo Resende. – 4.ª Ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014. ISBN 978-85-309-5539-7.

Rio Verde – GO, 03 de agosto de 2016.

Profª Esp. Jaqueline Moraes dos Santos.



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento

Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700

Site: www.faculdadefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA**

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento
Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700
Site: www.faculdadefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL VII – DIREITO DE FAMÍLIA		CURSO: Direito
PLANO DE CURSO: 2016-2	CARGA HORÁRIA: 60h/72 h/a	PERÍODO: 8º

1. EMENTA

Direito de Família. A família e a sociedade. Especificidades das relações familiares ou de afeto. A família na Constituição de 1988. Eixo matrimonial: casamento, habilitação, celebração e validade do casamento, impedimentos e causas suspensivas para o casamento, provas, invalidade do casamento e efeitos. Da dissolução da sociedade conjugal. Eixo parental: das relações de parentesco. Eixo assistencial: do poder familiar, da tutela e da curatela. Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores. Do Regime de Bens. Dos alimentos. Do bem de família. Eixo concubinário: união estável, histórico e evolução, regulamentação e legislação projetada.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Implementar o conhecimento dogmático-jurídico, quanto ao direito civil, demonstrando suas relações sociais, assim como sua relevância para o aspecto profissional, visto que estabelece os parâmetros que regem as relações de família.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar disposições legais pertinentes ao casamento, regime de bens, dissolução da sociedade conjugal e união estável;
- Estudar o direito derivado do parentesco;
- Verificar as normas concernentes às relações de filiação, adoção, poder familiar e alimentos, bem como estabelecer um contraponto entre o Direito de Família e as regras de cunho complementar atinentes à tutela e curatela.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A família: disciplina jurídica na perspectiva civil-constitucional.
2. Direito de Família: definição e conteúdo. Os novos rumos do Direito de Família.
3. O casamento: natureza jurídica, pressupostos, impedimentos, formas e prova.
4. A união estável: pressupostos, características, efeitos e dissolução.
5. Dissolução da sociedade conjugal e do casamento: separação e divórcio (Emenda Constitucional 66/2010).
6. Relação de parentesco e filiação: noções gerais, alterações axiológicas introduzidas pela Constituição Federal de 1988 e atividade interpretativa; evolução legislativa do reconhecimento voluntário e judicial da filiação; poder familiar e seu exercício.
7. Alimentos: princípios e regras.
8. Tutela e curatela: exercício, efeitos e sistemática jurídica e tomada de decisão apoiada

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos

- aulas expositivas e dialogadas;

- realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;

4.2 Recursos

- quadro negro;
- textos previamente selecionados;
- livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, trabalhos individuais e em grupos.

5.2 Número de avaliações no semestre: 03

- **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita ou oral.

O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

- **Regimentais** (1ª e 2ª avaliações), sendo estas obrigatórias, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o acadêmico não obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações, obrigatoriamente, deverá realizar o exame final.
- **Valor das Avaliações:** total de 8,0 (oito) pontos, sendo:

a) 1ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

b) 2ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

c) Exame Final – Escrita e com consulta – o exame final tem obrigatoriamente o valor de 10,0 (dez) pontos, com questões objetivas e discursivas acerca da toda a matéria do semestre.

Está sujeito à terceira avaliação (exame final) o aluno que não obtiver média 6,0 (seis) nas duas primeiras avaliações 1º e 2º bimestres, terá que obter nota 5,0 considerando cálculo $1^\circ \text{ nota} + 2^\circ \text{ nota} = \text{média} + 3^\circ \text{ avaliação} / 2$ tendo obrigatoriamente de ter nota 5,0 no exame final.

Caso o aluno não obtenha média 5,0 (cinco) será considerado reprovado.

É considerado aprovado o aluno com frequência acima de 75% (setenta e cinco por cento) e média mínima de 6,0 (seis) considerando 1º e 2º nota das duas primeiras avaliações do desempenho escolar.

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até a data determinada em classe.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- participação nas avaliações escritas e orais;
- interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- conceitos frequencial (assiduidade), comportamental ou participativo;
- observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. Ed. 11ª, São Paulo : Editora RT, 2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil**. VI. 6ª Ed., São Paulo:Saraiva, 2016.

TARTUCE, Flavio. **Direito de Família**. 11ª Ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Método, 2016.

8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Código Civil. **Vade Mecum Saraiva**. 9ª Ed . saraiva, 2016

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: Direito de Família**. v. 6. São Paulo: Saraiva , 2005.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito Civil: Família**. 6ªed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015.

NERY, ROSA Maria de Andrade. **Tratado Jurisprudencial e doutrinário de direito de Família**. V. 1. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2011.



PLANO DE CURSO

Disciplina: Direito do Trabalho II
Professora: Jaqueline Moraes dos Santos

Rio Verde/GO

2016/2



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento

Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700

Site: www.faculdadefar.com.br – E-mail: direito@faculdadefar.com.br

Curso: Direito

Autorização: Port. SESu Nº 584 de 26/06/2007 – Pub. no DOU Nº 122 em 27/06/2007

ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: Direito do Trabalho II		CURSO: Direito
Cód. :		Cód.:
PLANO DE CURSO: 2016/2	CARGA HORÁRIA: 36 h – 5ª Feira	PROFESSORA: Jaqueline Moraes dos Santos
CRÉDITOS: 02	PERÍODO: 8º TURMA: unica	TURNO: Noturno

1 EMENTA

Direito Coletivo do Trabalho: denominação, caracterização, autonomia, natureza jurídica, fontes, princípios. Interpretação, integração e aplicação do Direito Coletivo do Trabalho. Relações Coletivas do Trabalho. Liberdade sindical. Organização sindical: associações sindicais; federação e confederação; centrais sindicais. As Entidades Sindicais. Conflitos coletivos do trabalho e suas formas de solução. Negociação Coletiva. Convenção coletiva de trabalho. Direito de greve e o *lock-out*. Organização Judiciária do Trabalho. Direito Internacional do Trabalho e a OIT. O Mercosul e o Direito Coletivo do Trabalho. Perspectivas do Direito do Trabalho nacional e internacional.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Apresentar a origem do direito coletivo no mundo e no Brasil, bem como identificar as formas de negociações coletivas, conflitos coletivos e sua composição.

2.2 Objetivos específicos

- Enfocar a origem e desenvolvimento do sindicalismo no mundo e no Brasil;
- Buscar a denominação do direito coletivo do trabalho e de sindicato;
- Incitar a pesquisa sobre a organização sindical em algumas legislações comparadas, com ênfase no MERCOSUL;
- Identificar os fundamentos das relações coletivas do trabalho;
- Demonstrar o sistema de organização sindical adotado no Brasil;
- Reconhecer as formas de solução dos conflitos coletivos;
- Analisar os acordos e convenções coletivas de trabalho;
- Estimular a pesquisa sobre o direito de greve no Brasil e no direito estrangeiro;

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



Direito do Trabalho II (Direito Coletivo do Trabalho)

1 Direito Coletivo do Trabalho

1.3 Aspectos Históricos no mundo e no Brasil

1.1 Denominação

1.2 Conceito

2 Organização Sindical

2.1 Histórico e Sindicato nas Constituições brasileiras

2.2 Denominação

2.3 Conceito

2.4 Distinção

2.5 Natureza Jurídica

2.6 Classificação

2.7 Unicidade sindical

2.8 Criação e registro sindicatos

2.9 Categoria

2.10 Categoria Diferenciada

2.11 Enquadramento Sindical

2.12 Sindicalismo Rural

2.13 Órgãos do sindicato

2.14 Eleições

2.15 Entidades sindicais de grau superior: federação, confederação e centrais sindicais

2.16 Funções do Sindicato

2.17 Receitas do Sindicato: contribuição sindical, contribuição confederativa, contribuição assistencial e mensalidade do sócio

2.18 Liberdade e Autonomia Sindical

3 Representação dos trabalhadores nas empresas

3.1 Conceito

3.2 Objetivo

3.3 Procedimentos

3.4 Co-gestão

4 Conflitos Coletivos de Trabalho

4.1 Conceito e forma de solução

4.1.1 autodefesa

4.1.2 autocomposição

4.1.3 heterocomposição: Mediação (Comissão de Conciliação Prévia), Arbitragem e Jurisdição

5 Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho

5.1 Introdução

5.2 Direito Internacional e Estrangeiro

5.3 Denominação

5.4 Definições

5.6 Natureza

5.7 Aplicação e Eficácia

5.8 Cláusulas Obrigacionais e conteúdo normativo

5.9 Incorporação das cláusulas normativas nos contratos de trabalho

5.10 Condições de Validade

5.11 Sanções pelo descumprimento das convenções coletivas

5.12 Superveniência de acordo ou convenção coletiva normativa - prevalência

5.13 Convenção Coletiva no setor público

6. A greve

6.1 Antecedentes Históricos

6.2 Direito Estrangeiro

6.3 Definição de Greve e Fundamentos

6.4 Direito Brasileiro

6.4 Alterações da Lei nº 7.783/89

7 “Lockout”

7.1 Definições e Aspectos

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos:

- aulas expositivas e dialogadas;
- realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- palestras, seminários, debates, mesas redondas, cursos ou atividades correlatas;
- discussões de temas sociais sob a perspectiva jurídica;
- realização de pesquisas bibliográficas e de campo;
- apresentação oral de atividades realizadas (micro-aula e mini-cursos);

4.2 Recursos:

- quadro negro;
- computador;
- textos previamente selecionados;
- livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, debates, seminários, trabalhos individuais e em grupos, exposição de painéis.

5.2 Número de avaliações no semestre: 03

- **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita, oral ou através de seminários.

O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

- **Valor das Avaliações:** total de 10,0 (dez) pontos, sendo:

1ª avaliação dia 29/09/2016 vale 8,0 (oito) pontos da avaliação escrita com questões objetivas e discursivas + 2,0 (dois) pontos de atividades realizadas intra e extraclasse e critérios qualitativos.

2ª CHAMADA DIA SERÁ ORAL dia 06/10/2016

2ª avaliação dia 06/12/2016 vale 8,0 (oito) pontos da avaliação escrita com questões objetivas e discursivas + 2,0 (dois) pontos de atividades realizadas intra e extraclasse e critérios qualitativos.

2ª CHAMADA DIA SERÁ ORAL dia 12/12/2016

3ª avaliação dia 15/12/2016 o exame final tem obrigatoriamente o valor de 10,0 (dez) pontos: matéria cumulativa, com questões objetivas e discursivas.

5.3.1 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até as respectivas datas das avaliações (1ª e 2ª avaliação).
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Apresentação de seminários e debates dirigidos que serão realizados nas aulas.
- Apresentação oral de atividades realizadas.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- participação nas avaliações escritas e orais;
- interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- conceitos frequências (assiduidade), comportamental ou participativo;
- observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMAURI, Mascaro o Nascimento. **Curso de Direito do Trabalho**. Editora Saraiva.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **Curso de Direito do Trabalho**. Editora Saraiva.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho** / Alice Monteiro de Barros. – 10. Ed. – São Paulo: LTr, 2016.

CARRION, Valentein. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 30ª Edição Editora Saraiva.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, SECA.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2005.

PINTO, Sérgio Martins. **Curso de Direito do Trabalho**, Editora Atlas.

RUSSOMANO, Mozart vistor. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

SAAD, Eduardo Gabriel. **Consolidação das Leis do Trabalho Anotada**, Editora LTR.

8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARRION, Valentein. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho: legislação complementar jurisprudência**. 30 ed. atual. São Paulo: Saraiva 2005.

GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. **Direito do Trabalho no MERCOSUL**. Editora LTR.

GOTTSCHALK, Élson Félix. **Norma Pública e Privada no Direito do Trabalho**. Editora LTR.

GOTTSCHALK, Élson Félix. **A Participação do Empregado na Gestão da Empresa**. Editora LTR.

HINZ, Henrique Macedo. **Direito Coletivo do Trabalho**. São Paulo: Saraiva 2005.

LOPES, Everaldo Gaspar. **Curso de Direito do Trabalho**. Editora Saraiva.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira, **Curso de Direito do Trabalho e CLT Comentada**. Editora LTR.

MEDEIROS, Mauro. **A Interpretação da Convenção Coletiva de Trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.

PASTORE, José. **Flexibilização dos Mercados de Trabalho e Contratação Coletiva**. Editora LTR.



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento

Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700

Site: www.faculadefar.com.br – E-mail: direito@faculadefar.com.br

Curso: Direito

Autorização: Port. SESu Nº 584 de 26/06/2007 – Pub. no DOU Nº 122 em 27/06/2007

RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho esquematizado** / Ricardo Resende. – 4.^a Ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014. ISBN 978-85-309-5539-7.

ASSINATURAS

Prof.^a. Jaqueline Moraes dos Santos

Rio Verde/GO, 03 de agosto de 2016.

PROGRAMA DE CURSO APROVADO EM ____/____/____.

DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: _____



PLANO DE CURSO

Disciplina: Direito Administrativo - II
Professora:

Rio Verde-Go
2016/2

ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: Direito Administrativo II		CURSO: Direito Cód.:
PLANO DE CURSO: Direito	CARGA HORÁRIA: 60 horas	PROFESSORA:
CRÉDITOS: 04	PERÍODO: 8º TURMA: Única	TURNO: Noturno

1- EMENTA

Dos Atos Administrativos: conceito, características, classificação, requisitos, invalidade, atos nulos e anuláveis – Da Licitação – Dos Contratos Administrativos: conceito, espécies, controle e fiscalização – Do controle da Administração Pública: conceito, modalidade, privilégios da Administração Pública em juízo – Limitações da Propriedade Privada – Desapropriação – Domínio Público – Bens Públicos – Recursos Naturais.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Estudar o Estado em sua totalidade e de forma sistematizada, possibilitando sua plena compreensão. Capacitar os participantes com os conhecimentos pertinentes ao programas do semestre, visando dotá-los de potencialidade e estrutura de informações, objetivando as soluções concretas envolvendo o arcabouço jurídico do Direito Administrativo. Desenvolver seu senso crítico no que se refere à atividade a que irá se dedicar, bem como situá-lo na realidade atual. Desenvolver no futuro profissional da área jurídica o interesse pelo Direito Administrativo, pela interdependência dessa ciência com os demais ramos do conhecimento humano, assim como pela ética profissional, postura e necessidade de fácil e adequada expressão verbal e escrita.

2.2 Objetivos específicos

Ao final do semestre o aluno deverá apresentar o seguinte comportamento:

- Compreender que a disciplina Direito Administrativo é uma doutrina de síntese, que sistematiza conhecimentos jurídicos, filosóficos, políticos econômicos e históricos, valendo-se de tais conhecimentos para buscar o aperfeiçoamento do Estado, concebendo-o, ao mesmo tempo, como um fato social e uma ordem, que procura atingir os seus fins com eficácia e com justiça;
- Compreender que a disciplina Direito Administrativo, como os demais ramos do saber jurídico, não deve ser estudada de forma isolada. Pois a cultura parcial é sempre indigente e precária;
- Compreensão da inter-relação da disciplina Direito Administrativa, em especial com o Direito Constitucional, e também com os demais ramos do direito;

Motivar os acadêmicos ao estudo sistemático da disciplina para a produção do conhecimento dos temas publicísticos de forma a torná-los exímios administrativistas.

3 CONTEÚDOS PROGRAMÁTICO

- ✓ Apresentação: programa plano de aula e cronograma;
- ✓ Exercícios revisando todo conteúdo do Direito Administrativo I
- ✓ Estudo das Entidades Paraestatais
- ✓ Atos da Administração Pública – Ajurídicos e jurídicos;
- ✓ Conceito e condições de existência do ato administrativo
- ✓ Diferença entre ato e fato administrativo
- ✓ Requisitos e atributos do ato administrativo
- ✓ Classificação dos atos administrativos
- ✓ Atos normativos/ ordinatórios/ negociais e punitivos
- ✓ Diferença de anulação e revogação
- ✓ Contratos administrativos
- ✓ Correção fundamentada da avaliação;
- ✓ Conceito e características dos contratos
- ✓ Alteração e rescisão Unilateral
- ✓ Equilíbrio financeiro / Fato do príncipe e fato da administração;
- ✓ Reajuste de preços e tarifas e controle dos contratos
- ✓ Aplicação das penalidades contratuais
- ✓ Interpretação dos contratos; formalização dos contratos;
- ✓ Garantia execução acompanhamento dos contratos
- ✓ Extinção dos contratos; Término / rescisão / anulação e inexecução (causas justificadoras)
- ✓ Contratos administrativos: Contrato de obra pública, Contrato de serviço
- ✓ Contrato de fornecimento e gestão;/ Contratos de concessão de serviço e obra pública;
- ✓ Licitação: princípios, conceito; objeto, obrigatoriedade, dispensa e inexecução;
- ✓ Espécie: Concorrência; Correção verbalizada e justificada da avaliação
- ✓ Tomada de preço, convite, concurso, leilão e pregão;
- ✓ Responsabilidade Civil do Estado (evolução, conceito, causas excludentes);
Reparação do dano, ação de indenização e ação regressiva;
- ✓ Intervenção do Estado na propriedade: Limitação administrativa, tombamento;
Requisição, ocupação temporária, Desapropriação;
- ✓ Tipos de desapropriação, competência; Controle da Administração Pública
- ✓ Confecção de peças práticas
- ✓ Mandado de Segurança
- ✓ Ação Popular, Mandado de Injunção.

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos:

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- Estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- Projeção de filmes, documentários e slides;
- Palestras, seminários, debates, mesas redondas, cursos ou atividades correlatas;
- Discussões de temas sociais sob a perspectiva jurídica;
- Elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;

- Realização de pesquisas bibliográficas e de campo;
- Apresentação oral de atividades realizadas (micro-aula e mini-cursos);

4.2 Recursos:

- Quadro negro;
- Projetor de multimídia;
- Retroprojetor;
- TV, DVD;
- Textos previamente selecionados;
- Livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, debates, seminários, trabalhos individuais e em grupos, exposição de painéis, relatórios e pareceres pessoais.

5.2 Números de avaliações no semestre: 03

- **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita, oral ou através de seminários.

O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

1ª avaliação: 6,0 (seis) pontos da avaliação escrita com questões objetivas e discursivas. Os outros 4,0 (quatro) pontos serão divididos em teste (questões objetivas e subjetivas- 2,0 pts) e das atividades realizadas intra e extraclasse e critérios qualitativos (2,0 pts).

2ª avaliação: 6,0 (seis) pontos da avaliação escrita com questões objetivas e discursivas. Os outros 4,0 (quatro) pontos serão divididos em teste (questões objetivas e subjetivas- 2,0 pts) e das atividades realizadas intra e extraclasse e critérios qualitativos (2,0 pts).

Avaliação Final - 10,0 (DEZ)

Data das avaliações: Adm II (Noturno)

- 1ª avaliação será realizada no dia -----
- 2ª avaliação será realizada no dia -----

➤ **Avaliação Final - Valor 10,00**

➤ **Conteúdo das avaliações: os conteúdos das avaliações serão cumulativos.**

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.

- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até as respectivas datas das avaliações.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Apresentação de seminários e debates dirigidos que serão realizados nas aulas.
- Apresentação oral de atividades realizadas.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

➤ 5.3.3 Atividades interdisciplinares

As atividades interdisciplinares que serão desenvolvidas neste semestre letivo estarão voltadas Semana Jurídica

Estaremos desenvolvendo esta atividade interdisciplinar juntamente com as Disciplinas: Direito Constitucional; Direito Tributário e Prática Jurídica.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- Observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- Observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- Avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- Comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- Pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- Participação nas avaliações escritas e orais;
- Interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- Conceitos freqüências (assiduidade), comportamental ou participativo;
- Observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BULOS, UadiLammêgo. **Constituição Federal Anotada**. Ed. Saraiva, São Paulo. 2010
 FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. Ed. Lume Jures.

JUNIOR, José Cretella. **Tratado de Direito Administrativo**. Ed. Forense. São Paulo.

MEIRELLES, Hely Lopes, **Direito Administrativo Brasileiro**. Malheiros.

8 Referências complementares:

RONANI, Dwight Cerqueira. **Direito Administrativo concreto: teoria, casos e questões para concurso de direito administrativo e preparação para provas e concursos públicos**.

ROCHA, Silvio Luís Ferreira. **Temas de Direito Administrativo - Terceiro Setor**, Malheiros Editores, São Paulo, 2003.

LIVIA DE MATTOS
Professor responsável

Rio Verde/GO, ____/____/____.

PROGRAMA DE CURSO APROVADO EM ____/____/____.

Coordenador (a) do Curso



CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE AULAS

**Disciplina: Direito Administrativo II
Profª. Livia de Mattos**

**Rio Verde/GO
2016/2**

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE AULAS

Professor (a): Msc Cynthia Chaves Ferreira
Disciplina: Direito Administrativo II Ano/Semestre: 2013/1
Curso: Direito Período: 8 ° Turno: Noturno
Carga horária semestral: 60h/a 72 h

AULAS:

A repor	Previstas	Dadas
	60	78

Aula	Dias Letivos Dia/Mês	Conteúdo	Metodologia utilizada: expositiva, seminário, discussão de texto, aula extraclasse, palestra, visita técnica, etc.	Recursos
1 ^a 2 ^a	03/08	Apresentação: professor, alunos, programa e cronograma;	Aula expositiva e dialogada	Quadro
3 ^a 4 ^a	04/08	Apresentação da disciplina e sua associação com o Estado;	Comunicação oral e musical	Tempestade de ideias
5 ^a 6 ^a	10/08	Exercícios revisando todo conteúdo do Direito Administrativo I	Discussão do conteúdo ministrado.	Quadro giz
7 ^a 8 ^a	17/08	Estudo das Entidades Paraestatais	Aula Expositiva e dialogada	Quadro e texto de apoio
9 ^a 10 ^a	18/08	Resolução de questões – subjetivas	Aula expositiva dialogada	Retroprojeter
11 ^a 12 ^a	24/08	Atos da Administração Pública – Ajurídicos e jurídicos	Aula dialogada e orientação individual	Quadro e texto de apoio
13 ^a 14 ^a	25/08	Conceito e condições de existência do ato administrativo	Aula expositiva dialogada	Quadro giz e apostila
15 ^a 16 ^a	31/08	Diferença entre ato e fato administrativo	Comunicação oral e visual	Quadro, Retroprojeter
17 ^a 18 ^a	01/09	Requisitos e atributos do ato administrativo; Classificação dos atos administrativos	Exposição e discussão sobre a matéria	Texto de apoio
19 ^a 20 ^a	08/09	Atividade avaliativa revisando todo o conteúdo- questionário	Estudo Dirigido	Atividade impressa e texto de apoio
21 ^a 22 ^a	14/09	Correção, comentando todas as questões da atividade	Aula expositiva	Quadro

		avaliativa ministrada na aula anterior		
23 ^a 24 ^a	15/09	Atos normativos/ ordinatórios; Atos negociais e punitivos	Atividade impressa	Escrita
25 ^a 26 ^a	21/9	Licitação – Conceito objeto	Exercício escrito	Quadro giz
27 ^a 28 ^a	22/9	Princípios/ Licitação Dispensada art. 17 , dispensável art. 24 e inexigibilidade art. 25	Estudo dirigido	Atividades em sala de aula
29 ^a 30 ^a	28/9	Procedimento licitatório Noções gerais	Aula expositiva	Quadro
31 ^a 32 ^a	29/9	Modalidade licitação : comum e especial	Estudo dirigido com análise de texto	Atividade impressa
33 ^a 34 ^a	5/10	Atividade avaliativa revisando todo o conteúdo	Aula expositiva	Quadro giz
35 ^a 36 ^a	6/10	Correção da atividade avaliativa - Comum: Concorrência/ Tomada de preço e convite	Estudo dirigido e desenvolvimento das atividades relacionadas à matéria – atividade escrita	Atividades em sala de aula
37 ^a 38 ^a	19/10	Modalidade Especial – Concurso / Leilão/ Pregão	Aula expositiva	Atividades em sala de aula
39 ^a 40 ^a	20/10	Procedimento pregão Lei 10.560/02	Comunicação oral e visual	Retro
41 ^a 42 ^a		INICIO DO SEGUNDO BIMESTRE Contratos – Noções/ Conceito e características	Comunicação oral e visual	Retro
43 ^a 44 ^a	26/10	Leitura da Lei 8.666/93 Rescisão/ reajuste/controle	Diretrizes para Leitura, Análise e Interpretação de Textos.	Esquemas, anotações e texto p/ consulta
45 ^a 46 ^a	27/10	Penalidade/ formalidades/	Aula Expositiva	Data Show
47 ^a 48 ^a	03/11	Teoria da imprevisão (Rebus sic stantibus) = Causas que justificam a inexecução do contrato	Aula expositiva e mapa de memorização	Data Show
49 ^a 50 ^a	09/11	Espécies de contrato(colaboração e atribuição)	Discussão do Texto e debates dirigidos	Quadro
51 ^a 52 ^a	10/11	Contrato de obra / serviço/ Fornecimento / Gestão	Expositiva e debates dirigidos	Atividade impressa
53 ^a 54 ^a	16/11	Concessão / Permissão	Expositiva e debates dirigidos	A definir
55 ^a 56 ^a	17/11	Convenio / Consórcios Parceria Pública Privada	Realização do exercício individual	Atividade impressa
57 ^a 58 ^a	23/11	Atividade avaliativa revisando todo o conteúdo- questionário	Atividade-testes sem pesquisa	Atividade impressa
59 ^a 60 ^a	24/11	Correção, comentando todas as questões da atividade avaliativa ministrada na aula anterior;	Aula verbalizada	Transparência

61 ^a 62 ^a	30/11	Responsabilidade Civil do Estado (evolução, conceito ,causas excludentes);	Aula expositiva	Quadro
63 ^a 64 ^a	01/11	Reparação do dano, ação de indenização e ação regressiva;	Comunicação oral e visual, sugestões e exemplos.	Slides e texto de apoio
65 ^a 66 ^a	07/11	Intervenção do Estado na propriedade. Controle da Administração	Estudo Dirigido	Quadro
67 ^a 68 ^a	08/11	Servidão, tombamento, requisição.	Aula expositiva	Atividade impressa
69 70	14/11	Desapropriação- Tipos de desapropriação, competência;	Aula expositiva	Quadro
71 72	15/11	Controle do Estado; Remédios Jurídicos(Mandado de Segurança Ação Popular, Mandado de Injunção)	Aula expositiva	Quadro

OBSERVAÇÕES: O cronograma descrito acima poderá sofrer alterações no decorrer de semestre letivo, em consequência de outras atividades que poderão ser desenvolvidas pelos acadêmicos nos dias letivos, tais como: palestras, seminários, visitas técnicas, atividades interdisciplinares, etc.

ASSINATURAS

Prof.ª Msc. Cynthia Chaves Ferreira

CRONOGRAMA DE AULAS APROVADO EM ____/____/____.

DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: _____



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento

Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700

Site: www.faculdadefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa em Direito		CURSO: <i>Direito</i>
PLANO DE CURSO:	CARGA HORÁRIA:	PERÍODO: 8

1. EMENTA

Pesquisa em Direito: características, métodos, técnicas e procedimentos. Técnicas de argumentação. Escolha do tema do trabalho jurídico científico. Compreensão do trabalho de pesquisa jurídica. Elaboração do Projeto de Pesquisa. Etapas de uma pesquisa jurídica: levantamento de dados, registro de informações e relatório. Fontes de pesquisa jurídica. Métodos de abordagem do objeto. Redação do trabalho científico. Normalização do Trabalho de Curso.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Propiciar ao discente os instrumentos necessários para a elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

2.2 Objetivos específicos

- Relacionar os principais métodos e as técnicas empregadas na elaboração de um trabalho científico.
- Analisar as técnicas sobre o processo de leitura como apreensão do conhecimento, visando a uma análise crítica e sistemática das comunicações escritas.
- Verificar a estrutura de elaboração de um projeto de pesquisa na área do Direito, a partir de tema selecionado pelos alunos.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 PROJETO DE PESQUISA:

1.2 Noção de todas as etapas do projeto

1.3 Escolha do tema

1.3 Tema e sua delimitação

1.4 Problema

1.5 Hipótese

1.6 Objetivos: geral e específico

1.7 Justificativa

1.8 Revisão de literatura

1.8.1 Elaboração de fichamento: citação direta e indireta

1.8.2 Dicas sobre termos jurídicos na pesquisa

1.9 Procedimentos metodológicos

1.9.1 Métodos e técnicas de pesquisa

1.10 Cronograma de Execução

1.11 Orçamento

1.12 Elaboração das Referências

2 TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DO SUMÁRIO, RESUMO E INTRODUÇÃO

3 TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: IMPORTÂNCIA E ESTRUTURA BÁSICA

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos

- aulas expositivas e dialogadas;
- realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa

e investigação científica;

4.2 Recursos

- quadro negro;
- textos previamente selecionados;
- livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, trabalhos individuais e em grupos.

5.2 Número de avaliações no semestre: 03

- **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita ou oral.

O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

- **Regimentais** (1ª e 2ª avaliações), sendo estas obrigatórias, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o acadêmico não obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações, obrigatoriamente, deverá realizar o exame final.
- **Valor das Avaliações:** total de 8,0 (oito) pontos, sendo:

a) 1ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

b) 2ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

c) Exame Final – Escrita e com consulta – o exame final tem obrigatoriamente o valor de 10,0 (dez) pontos, com questões objetivas e discursivas acerca da toda a matéria do semestre.

Está sujeito à terceira avaliação (exame final) o aluno que não obtiver média 6,0 (seis) nas duas primeiras avaliações 1º e 2º bimestres, terá que obter nota 5,0 considerando cálculo $1^\circ \text{ nota} + 2^\circ \text{ nota} = \text{media} + 3^\circ \text{ avaliação} / 2$ tendo obrigatoriamente de ter nota 5,0 no exame final.

Caso o aluno não obtenha média 5,0 (cinco) será considerado reprovado.

É considerado aprovado o aluno com frequência acima de 75% (setenta e cinco por cento) e média mínima de 6,0 (seis) considerando 1º e 2º nota das duas primeiras avaliações do desempenho escolar.

➤ **Data das avaliações:**

1ª avaliação será realizada no dia 03 de outubro de 2016.

2ª avaliação será realizada no dia de 09 de dezembro de 2016.

3ª avaliação - Exame final – será no dia 15 de dezembro de 2016.

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até a data determinada em classe.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- participação nas avaliações escritas e orais;
- interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- conceitos frequential (assiduidade), comportamental ou participativo;
- observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento

Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700

Site: www.faculdedefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. São Paulo: Saraiva, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2006.

8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, Olga Maria B. Aguiar de. **Monografia jurídica**: orientações metodológicas para o trabalho de conclusão de curso. Porto Alegre: Síntese, 2003.



PLANO DE CURSO

Disciplina: Direito Tributário I

Professor: Douglas Ferreira Magalhães

Rio Verde-Go

2016/2

ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: <i>Direito Tributário I</i>		CURSO: Direito
PLANO DE CURSO: Direito	CARGA HORÁRIA: 60 horas	PROFESSOR: Douglas Ferreira Magalhães
CRÉDITOS: 04	PERÍODO: 8º TURMA: UNICA	TURNO: Noturno

1- EMENTA

Estudo do Direito Tributário na Constituição Federal e introdução ao estudo do Direito Tributário no Código Tributário Nacional. Direito Tributário: breve histórico, conceito, natureza, limites ao poder de tributar e receitas públicas. Princípios constitucionais tributários. Imunidades. Sistema tributário nacional: definição de tributo e competência tributária. Classificação dos tributos. Estudo das espécies de tributos: imposto, taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório e contribuições. Fontes do Direito Tributário. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.

2 OBJETIVOS

Fornecer as noções fundamentais a respeito do Direito Tributário, bem como demonstrar a importância da disciplina na organização social e no contexto do Estado contemporâneo.

2.2 Objetivos específicos

Transmitir mais do que o conteúdo do texto da lei, pretende-se repassar o espírito da disciplina, atentando-se sempre para os valores axiológicos que guiam as normas tributárias;

Estimular o desenvolvimento da capacidade de pesquisa e análise da legislação, da doutrina, da jurisprudência e de outras fontes do direito;

Auxiliar o aluno no aprimoramento do uso da linguagem, do raciocínio lógico, da argumentação e da reflexão crítica, habilitando-o a solucionar os problemas que se apresentam na aplicação concreta da lei tributária.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução.

1.1. Direito Tributário e seu conceito.

1.2. Direito Tributário e sua natureza.

1.3. Direito Tributário e sua relação com o desenvolvimento do Estado no decorrer da história.

1.4. Direito Tributário e os limites ao poder de tributar.

1.5. Direito Tributário e receitas públicas.

2. Princípios do Direito Tributário.

2.1. Princípio da Legalidade Tributária.

2.1.1. Princípio da Legalidade Estrita.

2.1.2. Princípio da Legalidade Tributária e suas hipóteses de mitigação.

2.1.3. Princípio da Legalidade e medida provisória.

- 2.1.4. Princípio da Legalidade e as EC nº 32/2001 e 33/2001.
- 2.2. Princípio da Anterioridade Tributária.**
 - 2.2.1. Distinções com o Princípio da Anualidade Tributária.
 - 2.2.2. Princípio da Anterioridade Anual (art. 150, III, “b”, CF).
 - 2.2.3. Princípio da Anterioridade Nonagesimal (art. 150, III, “c”, CF).
 - 2.2.4. A regra geral da anterioridade e a aplicação cumulativa dos prazos.
 - 2.2.5. Mitigações ao princípio da anterioridade.
 - 2.2.6. Princípio da Anterioridade Especial para as Contribuições Social-Previdenciárias.
 - 2.2.7. Princípio da Anterioridade e os institutos da vigência e eficácia da norma tributária.
 - 2.2.8. Princípio da Anterioridade e a medida provisória.
- 2.3. Princípio da Isonomia Tributária.**
 - 2.3.1. A cláusula *pecúnia non olet*: a intributabilidade dos atos ilícitos e a plena capacidade passiva.
 - 2.3.2. A capacidade contributiva: equidade e tributação justa.
 - 2.3.2.1. Progressividade.
 - 2.3.2.2. Proporcionalidade.
 - 2.3.2.3. Seletividade.
- 2.4. Princípio da Irretroatividade Tributária.**
 - 2.4.1. O confronto entre irretroatividade e anterioridade tributária.
 - 2.4.2. Irretroatividade tributária e a existência de leis produtoras de efeitos jurídicos sobre atos pretéritos (art. 106, I e II, CTN).
 - 2.4.3. O princípio da irretroatividade tributária e o art. 144, §§ 1º e 2º, do CTN
 - 2.4.4. O fato gerador pendente e a Súmula nº 584 do STF
- 2.5. Princípio da Vedação ao Confisco.**
 - 2.5.1. O confisco e sua relação com a capacidade contributiva e o direito de propriedade.
 - 2.5.2. Os destinatários do princípio.
 - 2.5.3. O “efeito de confisco”
 - 2.5.4. A carga tributária total.
 - 2.5.5. O Princípio da Vedação ao Confisco e as espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições.
 - 2.5.6. O Princípio da Vedação ao Confisco e a multa.
 - 2.5.7. A razoabilidade e a proporcionalidade: limites ao confisco tributário.
- 2.6. Princípio da Não-Limitação ao Tráfego de Pessoas e Bens e a ressalva do Pedágio.**
 - 2.6.1. Análise do pedágio: pressupostos e discussão sobre a sua feição tributária.
 - 2.6.2. Inexistência de via alternativa e lesão ao direito de locomoção.
- 2.7. Outros Princípios Constitucionais Tributários**
 - 2.7.1. Princípio da Uniformidade Geográfica.
 - 2.7.2. Princípio da Isonômica tributação da renda nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos.
 - 2.7.3. Princípio da Proibição das Isenções Heterônomas.
 - 2.7.4. Princípio da Não-Discriminação baseada em procedência ou destino.
- 3. Imunidades.**
 - 3.1. Imunidade e zona de intributabilidade.
 - 3.2. O confronto entre imunidade e isenção.
 - 3.3. A imunidade e a exoneração das espécies tributárias.
 - 3.4. Imunidade Recíproca.**
 - 3.4.1. Imunidade das entidades autárquicas e fundacionais.
 - 3.4.2. Imunidade recíproca nos impostos indiretos.
 - 3.4.3. Análise do art. 150, § 3º, CF.
 - 3.4.4. Imunidade tributária de cartórios e tabelionatos.
 - 3.5. Imunidade dos Templos Religiosos.**
 - 3.5.1. O laicismo no Brasil.

- 3.5.2. Abrangência: impostos.
- 3.5.3. Os conceitos de *culto* e *templo*.
- 3.5.4. Análise do art. 150, § 4º, CF.
- 3.5.5. A imunidade religiosa e os tributos indiretos.
- 3.5.6. A imunidade religiosa e os cemitérios.
- 3.5.7. A imunidade religiosa e as lojas maçônicas.
- 3.5.8. Imunidade religiosa: uma análise crítica.

3.6. Imunidades não autoaplicáveis.

- 3.6.1. Imunidade dos partidos políticos.
- 3.6.2. Imunidade dos sindicatos de empregados.
- 3.6.3. Imunidade das instituições de educação.
- 3.6.4. Imunidade das entidades de assistência social.

3.7. Imunidade de Imprensa.

- 3.7.1. Análise do livro e da publicação eletrônica (veículo de pensamento).
- 3.7.2. Análise do jornal (veículo de pensamento).
- 3.7.3. Análise do periódico (veículo de pensamento).
- 3.7.4. Análise do papel destinado a impressão (insumo).

4. Sistema Tributário Nacional.

- 4.1. Definição de Tributo.
- 4.2. Competência Tributária
 - 4.2.1. Competência tributária e capacidade tributária ativa.
 - 4.2.2. Detalhando a competência tributária.
 - 4.2.2.1. Competência privativa.
 - 4.2.2.2. Competência comum.
 - 4.2.2.3. Competência cumulativa.
 - 4.2.2.4. Competência especial.
 - 4.2.2.5. Competência residual.
 - 4.2.2.6. Competência extraordinária.

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos:

- aulas expositivas e dialogadas;
- realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- projeção de filmes, documentários e slides;
- palestras, seminários, debates, mesas redondas, cursos ou atividades correlatas;
- discussões de temas sociais sob a perspectiva jurídica;
- elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;
- realização de pesquisas bibliográficas e de campo;
- apresentação oral de atividades realizadas (micro-aula e mini-cursos);

4.2 Recursos:

- quadro negro;
- projetor de multimídia;
- retroprojetor;
- TV, DVD;
- textos previamente selecionados;
- livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, debates, seminários, trabalhos individuais e em grupos, exposição de painéis, relatórios e pareceres pessoais.

5.2 Números de avaliações no semestre: 03

➤ **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita, oral ou através de seminários.

O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

1ª avaliação: 8,0 pontos da avaliação escrita com questões objetivas e discursivas. Os outros 2,0 pontos serão divididos em teste e de seminário (2,0 pts).

2ª avaliação: 8,0 pontos da avaliação escrita com questões objetivas e discursivas. Os outros 2,0 pontos serão divididos em teste e de seminário (2,0 pts).

Avaliação Final - 10,0 (DEZ)

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até as respectivas datas das avaliações.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Apresentação de seminários e debates dirigidos que serão realizados nas aulas.
- Apresentação oral de atividades realizadas.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão consideradas como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- Observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- Observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- Avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- Comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- Pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- Participação nas avaliações escritas e orais;

- Interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- Conceitos frequências (assiduidade), comportamental ou participativo;
- Observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015
ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. 9ª ed. São Paulo: Métodos, 2015

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Código Tributário Nacional.

8 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 33ª Ed., São Paulo: Malheiros, 2012.

HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 22ªed. São Paulo: Editora Atlas. 2013.

9 ASSINATURAS

Professor responsável

Rio Verde/GO, ____/____/____.

PROGRAMA DE CURSO APROVADO EM ____/____/____.

Coordenador (a) do Curso